

José Lourenço acredita que texto aprovado é definitivo

BRASÍLIA — "Estamos liquidados, ninguém muda mais nada, esta é a nova Constituição do País", foram as palavras do Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, quando o painel eletrônico indicou o resultado da votação de ontem, que aprovou por ampla maioria o projeto global da nova Constituição.

Nos dias que antecederam o segundo turno, Lourenço atacou seguidamente o texto aprovado, propondo inclusive que a Constituição fosse zerada ou interrompida até a realização das eleições municipais de novembro.

Na sessão de ontem, Lourenço era um dos mais ativos articuladores da rejeição do texto. Na entrada do plenário, encontrou-se com o Deputado Domingos Leonelli (PSDB-BA), e disparou:

— Vocês vão ganhar hoje. Mas vamos ver até quando o País vai agüentar esta Constituição.

Leonelli limitou-se a sorrir. Depois, Lourenço tentou, sem êxito, demover o Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) de participar da votação.

— Vamos embora, Ponte. Preste este serviço à Nação — disse ele.

— Acredito na negociação. Não temo a aprovação do texto global.



Foto de Jamil Bitar
José Lourenço discursa no plenário, antes do início da votação

Estou convicto de que teremos condições de alterá-lo mais à frente — disse Ponte.

— Olha que retire a minha bancada e aí não vai haver quorum para votar coisa alguma — ameaçou Lourenço.

Mas a bancada do PFL não estava fechada com o Líder. Alguns se abstiveram e poucos votaram não, entre estes o próprio Lourenço.

— Aprovar este texto é fortalecer Ulysses Guimarães. Se o pro-

jeito for aprovado, Ulysses coloca sua campanha nas ruas — dizia ele.

No discurso que fez antes da votação, José Lourenço disse que, ao contrário do que alguns peemedebistas vinham afirmando, a Constituição não é só do PMDB, mas de todos os 559 constituintes que participaram da sua elaboração.

Neste momento, o Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-

BA) não se conteve:

— O português pisou na bola. Ele está querendo assumir a paternidade do monstro junto com o Ulysses. Era melhor ficar calado.

Quando, ao final da votação, ouviu o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) dizer que estava arrependido de votar não no lugar de abster-se, José Lourenço reagiu:

— Arrependido de que? Você deve orgulhar-se do voto que deu.

O comportamento radical de Lourenço acabou por receber críticas de companheiros próximos. O Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, por exemplo, comentou que Lourenço não deveria ter sido taxativo na reunião das lideranças pela manhã.

Segundo Gadelha, os governistas estavam preparados para o resultado da votação e trabalharam o tempo todo sob esta perspectiva. E neste caso, afirmou Gadelha, o melhor teria sido que Lourenço assumisse um comportamento mais conciliatório, dispendo-se a aprovar o texto global, com ressalva para aqueles pontos que o Governo e o seu partido pretendem alterar mais tarde.

Afif culpa Presidente por impasse político

SÃO PAULO — O Deputado Guilherme Afif Domingos, Líder do PL na Câmara, afirmou ontem que o Presidente José Sarney é um dos principais culpados pelo estágio ao qual chegou a nova Constituição — com itens que criarão impasses políticos e econômicos — e, por isto, não pode reclamar.

— Foi o Presidente Sarney quem convocou a Constituinte. A eleição dos parlamentares se deu durante o Plano Cruzado, que abalou a economia e acabou se transformando em verdadeiro estelionato eleitoral. O Presidente deixou o País à deriva, sem um projeto nacional. Com o vácuo de poder se formaram as corporações na Constituinte. Enquanto isto acontecia, o Presidente Sarney lutava apenas para conseguir um mandato de cinco anos. Assim, chegamos ao segundo turno de votações com um projeto de Constituição que pode ser considerado o mais corporativista da nossa História e que reafirma o sistema fascista da década de 30 — disse o Líder do PL.

Afif Domingos sustentou que se a Constituinte não tem credibilidade pública o mesmo pode ser dito do Presidente José Sarney, em função do desgaste político que tem sofrido ao longo dos últimos três anos.

Mesmo com os defeitos com que foi elaborado, o Deputado acredita que o projeto de Constituição ainda pode ser mantido, desde que nele se façam correções que suprimam os itens considerados corporativos.

— Espero que esta situação comece a mudar no ano que vem com a eleição do novo Presidente da República. A Constituinte já aprovou emenda prevendo a reformulação da nova Carta em 1993, com o objetivo de extirpar tudo aquilo que foi maléfico para o Brasil. A minha esperança é que este processo de reformulação salve a Constituição e coloque finalmente o País no caminho da modernidade, pois o texto atual vai manter o Brasil no passado — afirmou.

Estratégia dos governistas era adiar

Durante boa parte da sessão de ontem, parlamentares governistas se empenharam, infrutiferamente, em adiar a votação do Projeto de Constituição. Sua palavra de ordem, logo no início, era: abster-se. As articulações, no entanto, não deram certo, pois suas forças se dividiram entre a abstenção, a rejeição e a simples ausência. Ao final, já derrotados, puseram-se a discutir as repercussões. Para o Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), como para grande parte dos "moderados", a nova Carta está pronta. Com a proximidade das eleições municipais, acreditam ser muito difícil reunir 280 votos para modificar qualquer dispositivo.

Mas Gadelha não viu desgaste para o Presidente José Sarney:

— Ele não foi derrotado. Apenas falou à Nação sobre as conseqüências da aprovação

do Projeto como está. Ele não pediu a ninguém que rejeitasse o Projeto. Tanto que votei "sim". Agora, se a Nação quer o Projeto como está, muito bem. O Governo vai empenhar-se em cumpri-lo.

Antes da votação, descoordenados, os Deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), José Lourenço (PFL-BA) — Líder do partido —, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) davam orientações diferentes aos seus companheiros de bancadas.

Fiúza sugeria a obstrução. Lourenço pedia que se retirassem do plenário e anunciava a abstenção. Luis Eduardo defendia claramente o "não". Ponte convencia os situacionistas a aprovar o Projeto, argumentando que, no decorrer do segundo turno, novos impasses poderão ser criados, forçando as lideranças a negociar.

A estratégia de esvaziamento

do plenário tinha por objetivo testar o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Se a sessão tivesse um quorum reduzido, Ulysses ficaria enfraquecido. O Vice-Líder do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira (PE) explicava que Ulysses jamais poria o Projeto em votação se o plenário não estivesse lotado.

— Não colocou ontem, quando estavam presentes 411 constituintes, não vai colocar hoje, se o painel eletrônico apontar menos de 300 parlamentares.

O discurso de Ulysses Guimarães não chegou a impressionar os governistas. Luis Eduardo o considerou muito fraco e não fez maiores comentários. Para Fiúza, foi um discurso inconsistente, irônico, em alguns momentos, com a pessoa do Presidente Sarney e que, jamais, fez justiça à inteligência do Presidente da Constituinte e do PMDB.

Sarney não quis fazer comentários

BRASÍLIA — O Ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ficou encarregado de informar ontem aos jornalistas que o Presidente José Sarney não faria nenhum comentário sobre o discurso do Deputado Ulysses Guimarães.

Costa Couto confirmou que Ulysses fez o seu pronunciamento sem ouvir o Palácio do Planalto, revelando que ele mesmo conversara à tarde com Ulysses, pelo telefone, e ele nada adiantara a respeito.

— O Presidente disse que o que tinha a falar à Nação já falou ontem (terça-feira) — destacou Costa Couto, assinalando que o Governo não se considerava derrotado com a aprovação do projeto do Relator Bernardo Cabral pelos Constituintes.

Só depois do meio-dia é que começou a movimentação no Palácio do Planalto, quando o assessor parlamentar Henrique Hargreaves, após uma conversa com o Ministro Costa Couto, seguiu para o Congresso, onde tentaria, junto com o Líder Carlos Sant'Anna, adiar a votação do projeto de Bernardo Cabral.

À tarde, todas as atenções dos auxiliares mais próximos do Presidente Sarney se voltaram para o acompanhamento da sessão da Assembléia Nacional Constituinte. Pelos aparelhos de linha direta que ligam o plenário da Câmara ao Palácio do Planalto, o Ministro Costa Couto; o Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes; e o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, ouviram o discurso do Presidente Ulysses Guimarães e souberam do resultado da votação.

O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que participara de uma reunião com os três no Gabinete Civil, deixou o Palácio às 18h20min afirmando que passara toda a tarde examinando o modelo jurídico do projeto de lei do orçamento para o próximo ano.

Metalúrgicos do ABC protestam na Via Anchieta

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP — Cerca de 6 mil metalúrgicos das grandes montadoras da cidade interromperam ontem, em clima de tranquilidade, o tráfego na Via Anchieta entre os quilômetros 18 e 28, em defesa das conquistas sociais aprovadas no primeiro turno da Constituinte. A Polícia Rodoviária, que proibira o ato, cedeu à pressão do Sindicato dos Metalúrgicos e fechou dez quilômetros da pista marginal no sentido Santos-São Paulo.

Depois de percorrer cerca de 8 km, gritando slogans — "Constituinte sim, prostituinte não" —, os trabalhadores fizeram nova concentração no Paço Municipal. Segundo o Presidente do sindicato, Vicente Paulo da Silva, caso seja suprimido qualquer um dos direitos sociais aprovados a categoria poderá fazer greve geral.



Teletoto de Fernando Pereira
Na pista marginal, a passeata contra cortes nos direitos sociais

Leônidas articulou para adiar votação

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, participou das articulações para adiar por alguns dias a aprovação global do projeto de Constituição. Em longo telefonema ao Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) no início da tarde, o Ministro argumentou que esta seria a melhor solução para dar maior impacto político ao pronunciamento de Sarney e esvaziar a suposta crise.

Segundo o parlamentar, Leônidas fez dois apelos específicos: que os constituintes ligados ao Governo se empenhassem para que o discurso de Sarney tivesse conseqüências na Constituinte e que fossem criadas condições pa-

ra a realização das mudanças no texto do projeto de Constituição.

O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse que a solução para um eventual impasse passa pelo caminho do diálogo e do acordo entre os partidos. Ele acredita que este caminho não será obstruído pela aprovação do projeto da Carta e reafirmou que não existe intenção de o Governo enfrentar a Constituinte através de ameaças veladas de convocação das Forças Armadas.

— A reunião dos Ministros militares com o Presidente foi normal, à semelhança de outras com os Ministros civis.